AJUSTE FISCAL

O DESAFIO DO GOVERNO E A CONTRIBUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

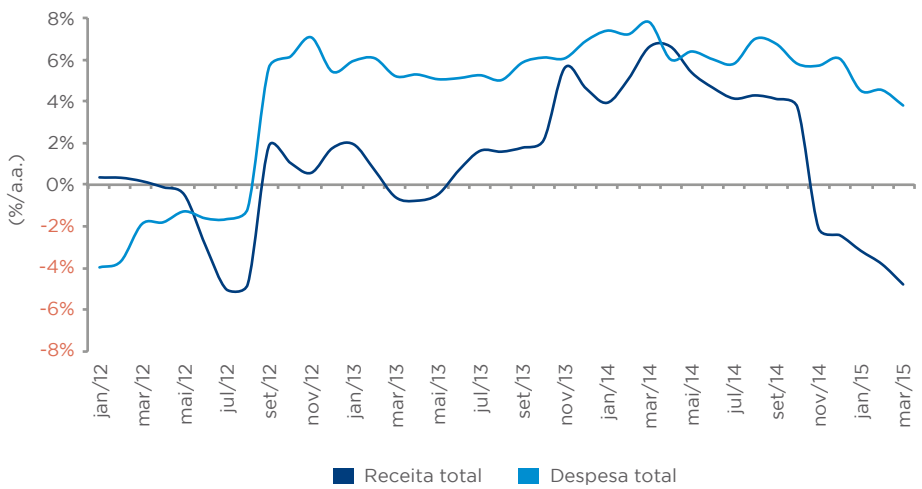
DENTRE OS principais desafios que a economia brasileira tem que enfrentar para reencontrar uma trajetória de crescimento sustentado, com certeza, o ajuste fiscal merece um lugar de destaque. Embora o agronegócio não passe ileso pelos ajustes, até o momento, o setor não está entre aqueles que pagarão as maiores fatias dessa conta, pois o Plano Safra 2015/16 deverá manter o volume de recursos da safra anterior, em termos nominais, elevando a taxa de juros do crédito rural.

COMO AS CONTAS PÚBLICAS FICARAM TÃO DESARRANJADAS?

Foi um processo construído ao longo dos últimos anos que combinou forte expansão dos gastos e desaceleração do crescimento da arrecadação. De acordo com os números da Secretaria do Tesouro Nacional, do lado das despesas, merecem destaque:

- Forte expansão dos gastos associados a políticas sociais: entre 2003 e 2014, os dispêndios

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL
VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES DEFLACIONADA PELO IPCA



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

com transferência de renda a indivíduos cresceram, em média, 8% a.a. em termos reais (isto é, já descontado o efeito da inflação medida pelo IPCA). Em 2014, as despesas associadas a estas transferências responderam por 49,8% de todos os gastos correntes do governo federal (ou seja, todos os gastos excluído o pagamento de juros da dívida pública);

- Forte expansão das despesas com saúde e educação: entre 2003 e 2014, os gastos do governo federal com saúde e educação, excluindo despesas com pessoal, cresceram, em média, 6,0% a.a. e 12,8% a.a., respectivamente; e

- Por fim, os gastos com salários e encargos do funcionalismo público cresceram 4,8% a.a., em média, no período.

O desarranjo das contas públicas passou a ficar crítico a partir de 2012, quando a arrecadação começou a perder fôlego. Entre 2003 e 2011, as despesas correntes totais do governo federal cresceram 7,25% a.a., e as receitas, 7,17% a.a., ambas em termos reais. Porém, a partir de 2012, enquanto os gastos expandiram, em média, 6,10% a.a., as receitas cresceram apenas 1,20% a.a. Essa situação ficou ainda mais complicada em 2014, pois a expansão de 6,0% dos gastos foi acompanhada por uma contração de 2,6% das receitas. Esta contração está associada, de um lado, às políticas de desonerações (folha de pagamentos, IPI etc.) e, de outro, à desaceleração da atividade econômica.

Como resultado dessa combinação, em 2014, a economia brasileira registrou:

- um déficit primário (ou seja, excluindo o pagamento de juros) de R$ 20,4 bilhões (ou 0,4% do PIB) – o primeiro déficit primário desde 1997; e

- uma expansão de R$ 271,5 bilhões na dívida bruta em 2014.



ISTOCKPHOTO

POR QUE DESFAZER ESSE DESARRANJO É TÃO COMPLICADO?

No papel, a solução é simples: basta combinar corte de despesas e elevação das receitas. Porém, apesar do esforço da atual equipe econômica, tirar essa solução do papel não é fácil:

- Com relação ao corte de gastos, como reduzir dispêndios com políticas sociais e folha de pagamento se algumas despesas se tornaram direitos adquiridos (por exemplo, previdência e funcionalismo público), outras representam benefícios que atendem uma fração importante da população (seguro-desemprego, abono salarial, "bolsa-família") e, por fim, o que sobrou está associado a gastos obrigatórios (saúde e educação)?
- Do lado das receitas, o desafio não é menor; como aumentar a arrecadação em uma economia em que a carga tributária já é tão alta (35,9% do PIB, em 2014)? Além disso, como reverter as desonerações ou a redução dos impostos em um momento em que a economia está em recessão?

Enfim, ao comparar os números do primeiro trimestre de 2015 aos do de 2014, constata-se que, em termos reais, as despesas recuaram apenas 0,8%, porém as receitas encolheram 4,4%. Além disso, embora modesta, essa redução dos gastos foi alcançada com uma retração de 31,3% dos investimentos federais – o que, certamente, comprometerá a intensidade da recuperação em 2016. ■

COMO O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO ESTÁ SENDO ATINGIDO PELO AJUSTE FISCAL?

Os cortes de despesas do governo federal têm sido generalizados. Naturalmente, o agronegócio não será uma exceção. Assim como outros setores, o universo agro beneficiou-se fortemente da expansão dos gastos do Governo na última década. Por um lado, o volume de recursos do crédito rural expandiu, em média, 10,3% a.a. em termos reais entre 2003 e 2014, e, por outro lado, a taxa de juros cobrada chegou ao piso de 5,5% a.a. nas safras de 2012/13 e 2013/14.

Claramente, não há como manter essa dinâmica. A contribuição do setor para o ajuste fiscal provavelmente será dada por dois canais:

• Em termos reais, o volume de recursos disponibilizado pelo Plano Safra 2015/16 deve ser menor do que aquele ofertado pelo Plano Safra 2014/15;

• A taxa de juros do crédito rural também deverá ser mais alta (algo entre 8,5% a.a. e 9,5% a.a.).

Apesar de estes números parecerem desfavoráveis, se confirmados, representarão uma boa notícia para o setor e uma importante conquista da ministra Kátia Abreu: (i) em termos nominais, não terá havido corte no volume de recursos oferecido pelo Plano Safra – serão os mesmos R$ 160 bilhões oferecidos na safra passada, apenas não havendo a reposição da inflação; e, (ii) com relação aos juros, a diferença entre a taxa Selic e a taxa cobrada pelo crédito rural é paga pelo Tesouro às instituições financeiras que concederam o crédito, e não há espaço no orçamento para aumentar esta despesa.